

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leia o texto para responder as questões de 01 a 08:

No aeroporto

Viajou meu amigo Pedro. Fui levá-lo ao Galeão, onde esperamos três horas o seu quadrimotor. Durante esse tempo, não faltou assunto para nos entretermos, embora não falássemos da vã e numerosa matéria atual. Sempre tivemos muito assunto, e não deixamos de explorá-lo a fundo. Embora Pedro seja extremamente parco de palavras e, a bem dizer, não se digne a pronunciar nenhuma. Quando muito, emite sílabas; o mais é conversa de gestos e expressões, pelos quais se faz entender admiravelmente. É o seu sistema.

Passou dois meses e meio na nossa casa, e foi hóspede ameno. Sorria para os moradores, com ou sem motivo plausível. Era a sua arma, não direi secreta, porque ostensiva. A vista da pessoa humana lhe dá prazer. Seu sorriso foi logo considerado sorriso especial, revelador de boas intenções para com o mundo ocidental e o oriental, e em particular o nosso trecho de rua. Fornecedores, vizinhos e desconhecidos, gratificados com esse sorriso (encantador, apesar da falta de dentes), abonam a classificação.

[...]

Objeto que visse em nossa mão, requisitava-o. Gosta de óculos alheios (e não os usa), relógios de pulso, copos, xícaras e vidros em geral, artigos de escritório, botões simples ou de punho. Não é colecionador; gosta das coisas para pegá-las, mirá-las e (é seu costume ou sua mania, que se há de fazer) pô-las na boca. Quem não o conhece diz que é péssimo costume, porém duvido que mantenha este juízo diante de Pedro, de seu sorriso sem malícia e de suas pupilas azuis_ porque me esquecia dizer que tem olhos azuis, cor que afasta qualquer suspeita ou acusação apressada, sobre a razão íntima de seus atos.

Poderia acusá-lo de incontinência, porque não sabia distinguir entre os cômodos, e o que lhe ocorria fazer, fazia em qualquer parte? Zangar-me com ele porque destruiu a lâmpada do escritório? Não. Jamais me voltei para Pedro que ele não me sorrisse; tivesse eu um impulso de irritação e me sentiria desarmado com a sua azul maneira de olhar-me. Eu sabia que essas coisas eram indiferentes à nossa amizade e, até que a nossa amizade lhes conferia caráter necessário, de prova; ou gratuito, de poesia e jogo.

Viajou meu amigo Pedro. Fico refletindo na falta que faz um amigo de um ano de idade a seu companheiro já vivido e puido. De repente o aeroporto ficou vazio.

Carlos Drummond de Andrade

QUESTÃO 01 - Sobre o texto, marque o item incorreto:

- A) O texto foi intencionalmente construído de forma ambígua sobre a identidade da personagem Pedro para prender a atenção do leitor;
- B) Logo no primeiro parágrafo, o autor deixa clara a identidade da personagem Pedro;
- C) A identidade de Pedro só é revelada no último parágrafo;
- D) Ao longo do texto o autor fornece ao leitor pistas sobre a identidade de Pedro;
- E) Os comportamentos iniciais de Pedro induzem o leitor a erro quanto à identidade dele.

QUESTÃO 02 - Em: "Viajou meu amigo Pedro". O sujeito classifica-se como:

- A) Simples;
- B) Composto;
- C) Indeterminado;
- D) Oculito;
- E) Oração sem sujeito.

QUESTÃO 03 - Na oração: "...**embora** não falássemos da vã e numerosa matéria atual". A conjunção que inicia a oração tem valor semântico de:

- A) Condição;
- B) Causa;
- C) Conseqüência;
- D) Concessão;
- E) Finalidade.

QUESTÃO 04 - Em: "A vista da pessoa humana **lhe** dá prazer." O termo grifado exerce função sintática de:

- A) Sujeito;
- B) Objeto direto;
- C) Objeto indireto;
- D) Objeto direto preposicionado;
- E) Complemento nominal.

QUESTÃO 05 - "Fico refletindo na falta que faz um amigo de um ano de idade a seu companheiro já vivido e **puido**". A palavra destacada classifica-se morfologicamente como:

- A) Adjetivo;
- B) Substantivo;
- C) Verbo;
- D) Advérbio;
- E) Pronome.

QUESTÃO 06 - Marque o item em que há erro na separação de sílabas das palavras do texto:

- A) Vi-a-jou, Ga-le-ão, a-tu-al, dig-ne;
- B) Mais, quais, ad-mi-ra-vel-men-te, seu;
- C) Ru-a, plau-sí-vel, e-ra, su-as;
- D) A-lhei-os, ju-í-zo, di-an-te, es-que-ci-a;
- E) O-cor-ria, qual-quer, des-tru-i-u, ja-mais.

QUESTÃO 07 - Os verbos destacados das orações do texto estão conjugados respectivamente nos tempos:

- I. "embora não **falássemos** da vã e numerosa matéria atual";
- II. "e me **sentiria** desarmado...";
- III. "Objeto que visse em nossa mão, **requisitava**-o";
- IV. "De repente o aeroporto **ficou** vazio."

- A) Pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, futuro do presente;
- B) Pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do pretérito, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo;
- C) Pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do pretérito, pretérito perfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo;
- D) Pretérito perfeito do indicativo, futuro do pretérito, pretérito

perfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo;

- E) Pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do presente, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo.

QUESTÃO 08 - Em: "Embora Pedro seja extremamente parco de palavras e, a bem dizer, não se digne a pronunciar nenhuma". As vírgulas foram usadas para:

- A) Separar termos coordenados;
- B) Intercalar vocativo;
- C) Separar uma oração adjetiva de valor explicativo;
- D) Separar as partículas e expressões de explicação;
- E) Indicar elipse do verbo.

QUESTÃO 09 - Marque o item em que há erro na regência verbal:

- A) Costumo obedecer preceitos éticos;
- B) São essas as atitudes de que discordo;
- C) É preferível comprar sapato toda semana a abastecer o carro;
- D) O governo assistiu os desabrigados, dando-lhes comida e água;
- E) Paguei-lhe o salário do mês.

QUESTÃO 10 - Observe a charge:



Na charge o verbo fazer está no plural para concordar com o sujeito netos. Marque o item em que há desvio da norma padrão quanto à concordância verbal:

- A) Aceitam-se encomendas de doces e salgados;
- B) Deve haver muitas pessoas concorrendo a uma vaga;
- C) Cada um dos concorrentes deve acreditar no que sabe;
- D) Acreditam-se em milagres e contos de fadas;
- E) Faz meses que não a vejo.

FISCAL DE TRIBUTOS

Leia a tirinha e responda às questões 11 e 12:



QUESTÃO 11 - No segundo quadrinho, o uso do pronome oblíquo **me** iniciando a oração "me deixe colocar meu tênis de corrida" foge à norma padrão. Marque o item em que há também erro na colocação pronominal:

- A) Quanto custa-nos dizer a verdade;
- B) Não lhe pedirei nada;
- C) Por este processo, ter-se-iam obtido melhores resultados;
- D) Diga-me isto só, murmurou ele;
- E) Acaso lhe faltam recursos?

QUESTÃO 12 - Assim como **tênis** e **aceitável**, estão corretamente acentuados pela mesma regra as palavras:

- A) Herói e retratável;
- B) Vôlei e amável;
- C) Lápis e fácil;
- D) Sábio e móvel;
- E) Vênus e álbum.

ANOTAÇÕES

FISCAL DE TRIBUTOS

QUESTÃO 13 - Marque a opção em que a forma de tratamento não está adequada ao locutário:

- A) Vossa Senhoria: pessoas de cerimônia, principalmente na correspondência comercial, para funcionários graduados;
- B) Vossa Reverendíssima: para sacerdotes;
- C) Vossa Majestade: para reis e rainhas;
- D) Vossa Eminência: para altas autoridades;
- E) Vossa Santidade: para o Papa.

QUESTÃO 14 - Não é característica da redação oficial:

- A) Clareza;
- B) Concisão;
- C) Objetividade;
- D) Linguagem não padrão;
- E) Adequação vocabular.

QUESTÃO 15 - Relacione os textos a suas características:

1. Requerimento;
2. Carta Oficial;
3. Ofício;
4. telegrama.

- () Tem como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da administração pública entre si ou com particulares. Contem as seguintes partes: tipo e número do expediente, local e data, destinatário, texto, fecho, assinatura e identificação do signatário;
- () É um tipo de correspondência utilizada por alguns órgãos públicos em situações não cerimoniais com relação a pessoas estranhas ao serviço público;
- () É um meio de comunicação rápida, empregada sobretudo em casos urgentes. A linguagem é inteligível e pode usar sinais. Deve ser mais objetivo possível;
- () É um instrumento utilizado para os mais diferentes tipos de solicitações às autoridades ou a órgãos públicos. É composto por: nome e qualificação do requerente, exposição e solicitação, pedido de deferimento, localidade e data, assinatura.

A sequência correta é:

- A) 3, 2, 4, 1;
- B) 3, 2, 1, 4;
- C) 2, 3, 4, 1;
- D) 2, 3, 1, 4;
- E) 4, 3, 2, 1.

ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

- A) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- B) Legalidade, impessoalidade, imoralidade, publicidade e eficiência;
- C) Ilegalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ineficiência;
- E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 17 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
- B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- C) O prazo de validade do concurso público será, no mínimo, dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- D) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- E) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 18 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) É obrigatório ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- B) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;
- C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
- D) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- E) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 19 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela devendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- B) A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta;
- C) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;
- D) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento;
- E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

FISCAL DE TRIBUTOS

QUESTÃO 20 - Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa incorreta:

- A) Aos aposentados, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei;
- B) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal não será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade;
- C) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício;
- D) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social;
- E) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma prevista na Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência oficial.

QUESTÃO 21 - Segundo o disposto na Constituição Federal, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após:

- A) 1 ano de efetivo exercício;
- B) 2 anos de efetivo exercício;
- C) 3 anos de efetivo exercício;
- D) 4 anos de efetivo exercício;
- E) 5 anos de efetivo exercício.

QUESTÃO 22 - Assinale a alternativa que aponta corretamente a modalidade de licitação que ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação:

- A) Concorrência;
- B) Tomada de preços;
- C) Convite;
- D) Concurso;
- E) Leilão.

QUESTÃO 23 - Assinale a alternativa que aponta corretamente a hipótese de licitação inexigível:

- A) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
- B) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;
- C) Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;
- D) Para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público;
- E) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

ANOTAÇÕES

QUESTÃO 24 - O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previstos na Lei de Licitações e Contratos da Administração, não será instruído com o seguinte elemento:

- A) Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- B) Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- C) Justificativa do preço;
- D) Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados;
- E) Atestado de qualificação técnica expedido por instituição estrangeira responsável pelo aferimento da capacidade do executante.

QUESTÃO 25 - Para a habilitação nas licitações não se exigirá dos interessados documentação relativa a:

- A) Habilitação jurídica;
- B) Qualificação técnica;
- C) Qualificação econômico-financeira;
- D) Marketing institucional;
- E) Regularidade fiscal.

QUESTÃO 26 - Assinale a alternativa que aponta incorretamente a cláusula necessária em todo contrato administrativo:

- A) O objeto e seus elementos característicos;
- B) O regime de execução ou a forma de fornecimento;
- C) O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- D) Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- E) O crédito pelo qual correrá a despesa, independentemente da indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.

QUESTÃO 27 - Assinale a alternativa que contém um atributo do poder de polícia:

- A) Vinculação;
- B) Executoriedade condicionada;

- C) Coercibilidade;
- D) Ostensividade;
- E) Automação.

QUESTÃO 28 - Assinale a alternativa que aponta de forma incorreta um dos atributos do ato administrativo:

- A) Irreversibilidade;
- B) Presunção de legitimidade e veracidade;
- C) Imperatividade;
- D) Auto-executoriedade;
- E) Tipicidade.

QUESTÃO 29 - Assinale a alternativa que não contém um dos elementos do ato administrativo:

- A) Sujeito;
- B) Objeto;
- C) Forma;
- D) Finalidade;
- E) Registro.

QUESTÃO 30 - O ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, denomina-se:

- A) Anulação;
- B) Invalidação;
- C) Convalidação;
- D) Revogação;
- E) Confirmação.

QUESTÃO 31 - O tributo instituído em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição é denominado:

- A) Imposto;
- B) Taxa;
- C) Contribuição de melhoria;
- D) Contribuição de intervenção no domínio econômico;
- E) Contribuição social.

FISCAL DE TRIBUTOS

QUESTÃO 32 - Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é matéria reservada a:

- A) Lei Ordinária;
- B) Lei Delegada;
- C) Lei Complementar;
- D) Decreto;
- E) Medida Provisória.

QUESTÃO 33 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte;
- C) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos;
- D) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo;
- E) Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

QUESTÃO 34 - É permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- A) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- B) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- C) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- D) Utilizar tributo com efeito de confisco;
- E) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos

interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

QUESTÃO 35 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- B) Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria;
- C) A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei;
- D) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos;
- E) A competência tributária é plenamente delegável.

QUESTÃO 36 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) O não-exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído;
- B) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;
- C) O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional;
- D) O imposto, de competência da União, sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes do território nacional;
- E) Contribuinte do imposto sobre exportação é o exportador ou quem a lei a ele equiparar.

QUESTÃO 37 - O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município. Sua base de cálculo é o:

- A) Módulo rural;
- B) Módulo fiscal;
- C) Valor fundiário;
- D) Valor rural;
- E) Valor fiscal.

QUESTÃO 38 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;
- B) Nas transmissões causa mortis, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários;
- C) O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito, ainda que a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;
- D) A base de cálculo do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos;
- E) A alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, que distinguirá, para efeito de aplicação de alíquota mais baixa, as transmissões que atendam à política nacional de habitação.

QUESTÃO 39 - Relativamente ao Imposto Sobre Produtos Industrializados, assinale a alternativa incorreta:

- A) Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo;
- B) O imposto é seletivo em função do preço dos produtos;
- C) O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados;
- D) O saldo verificado, em determinado período, em favor do contribuinte transfere-se para o período ou períodos seguintes;
- E) Os produtos sujeitos ao imposto, quando remetidos de um para outro Estado, ou do ou para o Distrito Federal, serão acompanhados de nota fiscal de modelo especial, emitida em séries próprias e contendo, além dos elementos necessários ao controle fiscal, os dados indispensáveis à elaboração da estatística do comércio por cabotagem e demais vias internas.

QUESTÃO 40 - A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos é denominada:

- A) Poder Regulamentar;
- B) Competência Institucional;
- C) Poder-Dever;
- D) Poder de Polícia;
- E) Poder Institucional.

FISCAL DE TRIBUTOS

QUESTÃO 41 - O tributo que é instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado é denominado:

- A) Imposto;
- B) Taxa;
- C) Contribuição de melhoria;
- D) Contribuição de intervenção no domínio econômico;
- E) Contribuição social.

QUESTÃO 42 - O percentual da receita da União que constitui o Fundo de Participação dos Municípios é de:

- A) 10%;
- B) 20%;
- C) 30%;
- D) 40%;
- E) 50%.

QUESTÃO 43 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes;
- B) Somente a lei pode estabelecer as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;
- C) Não se equipara à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso;
- D) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha;
- E) O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas no Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 44 - Dentre as normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos sobre a matéria tributária, não se incluem:

- A) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- B) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
- C) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- D) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- E) Os costumes consolidados na prática da arrecadação dos entes federativos.

QUESTÃO 45 - Salvo disposição em contrário, os atos administrativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor:

- A) Na data de sua publicação;
- B) 15 dias após sua publicação;
- C) 30 dias após sua publicação;
- D) 45 dias após sua publicação;
- E) 60 dias após sua publicação.

ANOTAÇÕES

FISCAL DE TRIBUTOS

QUESTÃO 46 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral;
- B) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União;
- C) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos;
- D) Entram em vigor imediatamente os dispositivos de lei referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência;
- E) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

QUESTÃO 47 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária não poderá utilizar:

- A) A analogia;
- B) Os princípios gerais de direito tributário;
- C) Os princípios gerais de direito público;
- D) Costumes;
- E) A equidade.

QUESTÃO 48 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei;
- B) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido;
- C) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários;

- D) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias;
- E) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.

QUESTÃO 49 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais prejudicial ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato;
- B) A obrigação tributária é principal ou acessória;
- C) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente;
- D) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos;
- E) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

ANOTAÇÕES

QUESTÃO 50 - Assinale a alternativa incorreta:

- A) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência;
- B) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal;
- C) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos;
- D) Sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento;
- E) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

ANOTAÇÕES